

A dimensão da Igualdade de Género no Projecto SACAUSEF

integração da dimensão de género no sistema educativo. Ao incidir sobre os conteúdos dos produtos *multimedia* e sobre a sua utilização em contexto profissional, educativo e formativo, o projecto visa estruturas, entidades e pessoas que, por diferentes vias, desde a autoria e edição de materiais, à gestão escolar e dinâmica pedagógica que se traduzem na sua aquisição e utilização, concorrem para a prática educativa integradora das tecnologias da informação e da comunicação. Esta perspectiva sistémica que subjaz ao projecto afigura-se *a priori* como facilitadora da concretização do *mainstreaming* enquanto estratégia para a promoção da igualdade entre homens e mulheres na educação, configurada no quadro internacional, nomeadamente europeu¹.

A igualdade entre mulheres e homens constitui um requisito essencial do progresso e bem-estar da humanidade e do funcionamento das sociedades democráticas. Como princípio universal que deve presidir à organização das sociedades contemporâneas, a igualdade entre homens e mulheres é hoje entendida como uma dimensão transversal a todas as esferas sociais, válida para todos os grupos, classes ou etnias, independentemente de religião, crenças ou costumes, tal como tem sido sistematicamente reafirmado pelas diversas estruturas das Nações Unidas e da Comunidade Europeia².

Se é certo que se operaram significativas alterações nas relações entre homens e mulheres que se têm vindo a traduzir, lentamente, em alterações nos papéis sociais desempenhados por uns e por outras, os dados sobre a realidade, resultantes da investigação científica e da pesquisa institucional, bem como da sistematização dos elementos estatísticos, demonstram que

A implementação em Portugal de um sistema de avaliação e certificação de software educativo como aquele que se pretende com o projecto SACAUSEF pode vir a constituir um importante passo para a integração da dimensão de género no sistema educativo.

estas alterações permanecem restritas e sectoriais e que, na prática quotidiana, mulheres e homens ainda não vivem em situação de igualdade de direitos e de deveres. Ao longo dos últimos anos, tanto as Nações Unidas, como o Conselho da Europa e a União Europeia têm vindo a alertar para a existência de desigualdades estruturais que persistem entre mulheres e homens e a sublinhar a necessidade de eliminar os estereótipos de género nos quais se enraízam as relações assimétricas entre mulheres e homens que ainda sustentam a organização das sociedades actuais. Estes desequilíbrios estão presentes em todas as esferas, como seja a participação política, a tomada de decisão, o mercado de trabalho e a organização familiar, e mostram o carácter deficitário da participação das mulheres nas esferas da vida pública e da participação dos homens nas esferas da vida privada. No seu conjunto, estes aspectos estão associados à constatação do carácter estrutural da assimetria de género evidenciado pelos dados recentes sobre o uso do tempo por parte de mulheres e de homens³.

Deste modo, a igualdade é entendida hoje como um objectivo que diz respeito a mulheres e a homens e a sua construção é uma questão global e multisectorial que tem a ver com toda a sociedade e com o modo como umas e outros se relacionam entre si em todos os contextos da vida.

¹ Conselho da Europa (1998), *L'Approche intégrée de l'égalité entre les hommes et les femmes*.

² O documento de referência sobre esta matéria é a *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres* (1979) à qual se seguiu a aprovação de um *Protocolo Opcional* (1999) com vista ao reforço dos mecanismos de promoção dos direitos das mulheres. Outros documentos de referência são a *Plataforma de Acção de Pequim* (1995), aprovada pelos Estados Membros da ONU em 1995, e as *Iniciativas e Acções Futuras* (2000). No quadro da União Europeia, o Tratado de Amesterdão e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia sublinham o princípio da igualdade entre mulheres e homens como um pilar das políticas dos países da comunidade europeia.

³ *Inquérito à Ocupação do Tempo* (2000), Lisboa, INE.

Neste sentido, a educação e a formação assumem um papel particularmente relevante por corresponderem a vectores essenciais do desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, integrando, por isso, o conjunto de indicadores básicos dos Relatórios Internacionais sobre Desenvolvimento Humano. A igualdade entre mulheres e homens constitui uma vertente fundamental na formação das crianças e jovens nos valores da democracia, tais como a diversidade, a autonomia e a co-responsabilidade, numa dimensão de educação para a cidadania. Esta constitui hoje um imperativo dos sistemas educativos europeus e um lugar privilegiado para a apropriação por parte de raparigas e de rapazes dos princípios da participação activa e da reciprocidade entre direitos e deveres como elementos estruturantes das relações humanas. A visão holística que hoje temos de cidadania alarga o sentido da sua prática a todos os contextos de vida, pública e privada, profissional e familiar, política e social.

A evolução do conhecimento e da compreensão das relações entre mulheres e homens nos diferentes contextos sociais conduziu à generalização da expressão *igualdade de género* a qual frequentemente substitui a expressão igualdade entre mulheres e homens. Nesta óptica, o conceito de género reporta-se ao carácter de construção social da masculinidade e da feminidade e das concepções de homem e de mulher. A necessidade de promover a igualdade de género decorre do carácter assimétrico do valor simbólico conferido a homens e a mulheres, bem como aos papéis sociais atribuídos a uns e a outras. Quer isto dizer que as concepções do masculino e do feminino permanecem valorativamente desiguais, conduzem a modelos de identidade hegemónicos e dicotómicos, alicerçados em características humanas que se excluem entre si (femininas ou masculinas) e cuja força normativa se traduz na atribuição de papéis sociais, igualmente assimétricos, considerados adequados a esses modelos e conducentes a expectativas sobre os indivíduos de acordo com o facto de serem mulheres ou homens⁴. A igualdade de género implica pois a reconstrução dos conceitos de homem e de mulher alicerçados na diversidade enquanto elemento inerente ao Ser Humano e que confira, a homens e a mulheres, o mesmo valor enquanto pessoas e enquanto elementos de uma sociedade, em todas as esferas da actividade humana, e as mesmas oportunidades de realização pessoal.

Se a reprodução das representações sociais dominantes tem na família, nos *media* e na escola os seus principais veículos, nesta última são diversos, e frequentemente *silenciosos*, os mecanismos de reprodução dos estereótipos de género. Para além das dinâmicas de relacionamento interpessoal e intergrupar, dos espaços e do funcionamento organizacional da escola, os materiais e produtos a que docentes e discentes têm acesso, bem como aqueles que são utilizados como referência no quotidiano escolar, são instrumentos com um peso particular na veiculação de modelos de pessoa, homem e mulher, e do grau de desejabilidade social que estes encerram, de acordo com o valor simbólico que lhes está intrinsecamente associado. A (in)visibilidade e a estereotipia de género continuam presentes nos materiais pedagógicos, nos manuais escolares e nos produtos *multimédia*, como tem sido demonstrados pelos estudos que sobre esta matéria se têm vindo a realizar em diferentes países da Europa, entre eles Portugal, constatando se a sua permanência a par das alterações significativas, técnicas e pedagógicas que têm pautado a sua produção. A presença, em produtos educativos, de concepções estereotipadas de mulher e de homem reflecte, necessariamente, uma lógica de desigualdade sobre modos de ser, de estar e de agir atribuídos a cada um dos sexos. Esta assimetria constitui um factor de condicionamento das opções escolares e profissionais de raparigas e de rapazes, bem como da construção dos seus projectos de vida futura e da dimensão que umas e outros conferem à sua realização pessoal como um direito individual⁵.

A igualdade é um dos princípios em que assenta o sistema educativo, quer quanto às suas finalidades e objectivos, quer quanto à sua organização e funcionamento. Garantida que está a igualdade de acesso, coloca-se hoje a questão da relação, para rapazes e raparigas, entre o seu sucesso escolar, que se traduz na

⁴AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculina e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Ed. Afrontamento.

⁵PINTO, Teresa (1999), "A avaliação dos manuais escolares numa perspectiva de género" in CASTRO, Rui Vieira de, et al., (org.), *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História*, Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares, 1999, Universidade do Minho, Braga, pp. 387-398; AAVV, (2001), *Reconstruir os nossos olhares. O Papel da Orientação Escolar e Profissional na Promoção da Igualdade de Oportunidades*, Coimbra, DREC - Direcção Regional de Educação do Centro.

conclusão da escolaridade, o seu sucesso educativo, que resulta do processo de socialização e, através dele, do desenvolvimento de competências e da apropriação de valores, e o seu sucesso social, que se revela nos diferentes espaços sociais que ocupam na vida adulta e no poder que os mesmos lhes conferem⁶. Os desequilíbrios entre mulheres e homens nas várias esferas da vida social demonstram a fragilidade da relação entre estas três dimensões do sucesso.

Desde os anos 80 que as organizações internacionais têm vindo a referir a necessidade de promover a igualdade de género nos sistemas educativos, nomeadamente através da eliminação dos estereótipos sexistas que continuam presentes nos materiais pedagógicos e nas práticas educativas em contexto escolar.

Em matéria de igualdade entre mulheres e homens em educação, vários documentos têm vindo a ser adoptados a nível internacional, quer na ONU, quer no Conselho da Europa e na União Europeia, encontrando-se Portugal vinculado às orientações internacionais que têm vindo a ser produzidas e que apresentam linhas de acção a implementar nos diversos países.

A *Plataforma de Acção de Pequim*, resultante da Conferência Mundial das Nações Unidas realizada em 1995, elegeu a educação como uma das áreas de intervenção prioritária para a Igualdade entre Mulheres e Homens e definiu, no âmbito do Objectivo Estratégico B.4. *Desenvolver uma educação e uma formação não discriminatória*, entre outras, as seguintes medidas:

- "formular recomendações e elaborar (...) manuais e materiais didácticos livres de estereótipos baseados no género para todos os níveis de ensino, incluindo a formação de pessoal docente com a colaboração de todos os intervenientes - editoras, docentes, autoridades públicas e associações de pais";
- "elaborar programas e materiais de formação para docentes e educadores destinados (...) a proporcionar-lhes estratégias eficazes para um ensino sensível às questões de género"⁷.

Em 2000, as *Iniciativas e Acções Futuras* sublinham, de entre os obstáculos à implementação da *Plataforma de Pequim* na educação, a "discriminação persistente, em função do género, e preconceitos (...) na formação de professores", bem como "o uso persistente de estereótipos de género em materiais educativos", reafirmando "a eliminação (...) dos estereótipos de género nos currículos e nos materiais escolares, bem como no processo educativo" como uma das medidas a implementar na educação⁸.

A nível europeu, esta preocupação está já patente na Resolução Ministros da Educação e do Conselho da União Europeia (Resolução nº 85/C 166/01), de 1985, a qual contempla um Programa de Acção sobre a Igualdade de Oportunidade entre raparigas e rapazes em matéria da educação. Este Programa visa, entre outros aspectos, promover as opções escolares e profissionais não tradicionais para raparigas e para rapazes, com um enfoque particular nos domínios tecnológicos.

"A eliminação dos estereótipos no material pedagógico em geral (...) e no material de orientação surge como uma das áreas de intervenção, prevendo se a "cria[ção de] estruturas, ou a utiliza[ção de] estruturas existentes em matéria de igualdade, com vista a estabelecer critérios e a elaborar recomendações que visem a eliminação os estereótipos (...) em qualquer material pedagógico e didáctico, associando todos os implicados no processo (editores, professores, entidades públicas, associações de pais)" e a necessidade de "encorajar a substituição progressiva do material que contém estereótipos, por material não sexista"⁹.

⁶ Conselho do Europa (2000), *Un nouveau contrat social entre les femmes et les hommes : le rôle de l'éducation*, Estrasburgo.⁷

⁷ ONU, *Plataforma de Acção de Pequim (1995) e Iniciativas e Acções Futuras*, Lisboa, CIDM, 2000, p. 58.

⁸ Op. cit. p.237.

⁹ Resolução nº 85/C 166/01 in HENRIQUES, Fernanda e JOAQUIM, Teresa (1996), *Os Materiais Pedagógicos e o Desenvolvimento de uma Educação para a Igualdade entre os Sexos*, Lisboa, CIDM, p.20.

Também o Conselho da Europa se pronuncia sobre esta matéria na Recomendação de 1995 (Recomendação 1281) da Assembleia Parlamentar que enuncia a necessidade de revisão dos materiais e das práticas educativas, promovendo uma linguagem não discriminatória, bem como dos estereótipos e modelos veiculados para rapazes e para raparigas, proporcionando lhes modelos positivos e a melhoria da sua auto-imagem.

A Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre *Eliminação do Sexismo na Linguagem* [Recomendação nº R (90) 4], adoptada em 1990, alerta para as repercussões de alguns aspectos inerentes à linguagem utilizada nos Estados Membros, nomeadamente o predomínio do masculino sobre o feminino e o recurso ao masculino universal, apontando para a necessidade de harmonizar a linguagem utilizada no domínio da educação com o princípio da igualdade entre mulheres e homens.

Por último, a nova Estratégia Quadro para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2001-2005), aprovada pela Comissão Europeia em 2000, tem como objectivo para o ano de 2005 *alterar os papéis em função do género e ultrapassar os estereótipos*, finalidade que deve orientar os projectos a serem desenvolvidos no âmbito do seu Programa de Acção.

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) sempre teve na educação uma das suas principais áreas de intervenção. Para além das iniciativas conjuntas que tem desenvolvido em parceria com organismos centrais e regionais do Ministério da Educação, a sua actividade tem sido orientada segundo duas principais linhas de actuação: a publicação de estudos destinados à reflexão, numa perspectiva de género, sobre a prática educativa, e a implementação e desenvolvimento de projectos piloto transnacionais, de intervenção na formação de profissionais de educação. Desenvolvidos numa lógica, simultaneamente, de consolidação e de inovação, os projectos dos últimos dez anos potenciaram-se entre si mediante uma sequência cronológica contínua que culminou no projecto *Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática*. O envolvimento, neste projecto, de 15 instituições nacionais de ensino superior veio permitir a constituição de uma rede multidisciplinar, de especialista e investigadores/as em Estudos sobre Género, em Educação e em Formação, pertencentes a Universidades e a Escolas Superiores de Educação.

A nível nacional, o II Plano Nacional para Igualdade (II PNI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (Resolução nº 184/2003), em Novembro de 2003, para o período de 2003 a 2006, visa promover um maior equilíbrio entre mulheres e homens na sociedade portuguesa através da integração da dimensão de género em todos os sectores da vida nacional. A Educação e a Formação surgem como áreas de intervenção prioritária e nelas merecem destaque as que se reportam a:

- "integração progressiva da perspectiva da igualdade de género (...) nos materiais pedagógicos com o objectivo de uma real implementação da coeducação e da educação para a paridade"¹⁰;
- "sensibilização das editoras escolares e do conjunto de autoras e autores que com elas colaboram para a necessidade de inclusão da dimensão da igualdade de género (...) como um dos critérios de qualidade que devem presidir à elaboração dos manuais escolares e produtos multimédia educativos";
- "integração da temática da igualdade de género na formação de profissionais de educação, docentes e não docentes (...)".

O projecto SACAUSEF constitui, pois, um passo importante no sentido de dar resposta às orientações internacionais em matéria de Igualdade de Género em Educação, ao mesmo tempo que se traduz num contributo essencial para a execução do II PNI.

¹⁰II Plano Nacional para a Igualdade (2004), Lisboa, CIDM/Presidência do Conselho de Ministros, p.25.

Na primeira fase do projecto, que se desenvolveu em 2004, foram concebidos alguns dos instrumentos necessários à implementação do sistema. A integração da dimensão de género nos critérios de qualidade a ter em conta na avaliação de software constitui um passo decisivo para a sensibilização de autoras/es e editoras para esta temática. Torna-se agora necessário garantir a operacionalização do processo de avaliação prévia à certificação de software, que permita a aplicação efectiva dos critérios de qualidade já definidos, e a concretização de formas diversificadas de apoio, que respondam aos distintos contextos de utilização deste tipo de produtos educativos. A formação em igualdade de género e educação afigura-se como uma vertente essencial, quer no processo de constituição do SACAUSEF em 2005, quer ao longo do seu futuro funcionamento. Por sua vez, o conjunto de investigadores/as, especialistas, docentes e formadores/as nacionais em Género e Educação constitui um recurso incontornável para a prossecução dos objectivos que norteiam o projecto. Importa encontrar formas de potenciar saberes, experiências e recursos, dando continuidade à dinâmica de participação dialogante e activa que tem pautado o desenvolvimento do projecto SACAUSEF. A educação é, por excelência, o espaço de incorporação do princípio da igualdade entre mulheres e homens pelas gerações mais jovens. Este projecto pode contribuir, de forma significativa, para a transversalidade daquele princípio no sistema educativo.

Comissão para a Igualdade e os Direitos da Mulher (CIDM)

Teresa Alvarez

Referências Bibliográficas

- AAVV (1997), Equal presence for boys and girls in education materials, Einschede, SLO.
- AAVV (1999), Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática. Actas do Seminário Internacional, Lisboa, CIDM.
- AAVV (2000), Coeducar para uma sociedade inclusiva. Actas do Seminário Internacional, Lisboa, CIDM.
- AAVV (2001), Reconstruir os nossos olhares. O Papel da Orientação Escolar e Profissional na Promoção da Igualdade de Oportunidades, Coimbra, DREC - Direcção Regional de Educação do Centro.
- ABRANCHES, Graça, CARVALHO, Eduarda (1999), Linguagem, poder, educação: o sexo dos B, A, BAs, Lisboa, CIDM.
- ALARIO TRIGUEROS, Teresa et al. (1999), Identidade e género na prática educativa, Lisboa, CIDM.
- AMÂNCIO, Lúcia (1994), Masculino e Feminino. A construção social da diferença, Porto, Ed. Afrontamento.
- ARNESEN, Anne-Lise (2003), "Relações sociais de sexo, igualdade e pedagogia na educação no contexto europeu" Ex aequo, n° 2/3, pp.125-140.
- Bouchard, Pierrette e SAINT-AMANT Jean Claude (1993) "Le réusite scolaire des filles et l'abandon des garçons : un enjeu à portée politique pour les femmes", Recherches Féministes, vol.6, n°2, pp.21-37.
- Conselho da Europa (1998), L'Approche intégrée de l'égalité entre les hommes et les femmes.
- Conselho da Europa (2000), Actas do Seminário Europeu Un nouveau contrat social entre les femmes et les hommes : le rôle de l'éducation, Estrasburgo, Dezembro 2000.
- Conselho da Europa (2001), Actas do Seminário Europeu L'égalité entre les femmes et les hommes à l'école et par l'école, Donaueschingen, Maio 2001.
- EFA, Global Monitoring Report 2003/04. Gender and Education for All. The Leap to Equality, Paris, UNESCO.
- II Plano Nacional para a Igualdade (2004), Lisboa, CIDM, 2004.
- Inquérito à Ocupação do Tempo (2000), Lisboa, INE.
- ONU, Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, CIDM, 2000.
- ONU, Plataforma de Acção de Pequim (1995) e Iniciativas e Acções Futuras, Lisboa, CIDM, 2000.
- NUNES, Teresa (2004), Género e cidadania nas imagens de História. Estudo exploratório de manuais escolares de 12º ano e de software educativo, dissertação de mestrado em Comunicação Educacional Multimédia, U. Aberta.
- PERISTA, Heloisa (2002), "Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens", Análise Social, vol. XXXVII, n° 163, pp.447-474.
- PINTO, Teresa, (1999) "A avaliação dos manuais escolares numa perspectiva de género" in CASTRO, Rui Vieira de, et al., (org.), Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História, Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares, Universidade do Minho, Braga, pp. 387-398; PINTO, Teresa, coord, (2001), A profissão docente e os desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras, Lisboa, CIDM.
- PINTO, Teresa, HENRIQUES, Fernanda (1999), Coeducação e Igualdade de Oportunidades, Lisboa, CIDM.
- PINTO, Teresa, HENRIQUES, Fernanda (2000), "Educação e Género. Dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação", Ex aequo, n° 6, pp.11-54.
- SILVA Ana da, et al. (1999), A Narrativa na promoção da igualdade de género. Contributos para a educação pré-escolar, Lisboa, CIDM.

